

Nota Informativa

Edição 168/2026

DESTAQUES

Bernard Appy defende prolongar período de testes da CBS

ANPD divulga balanço de seis anos e detalha 19 frentes de regulação de dados

Regulamentação do Redata está quase pronta e será debatida quando Lula voltar da Ásia, diz ministra

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Apoio à proibição das bets tem alcance nas redes 8 vezes maior que defesa do setor

Primeiros computadores quânticos da América Latina desembarcam no Brasil em força-tarefa que custou R$ 80 milhões

Gov.br faz Brasil ingressar no seleto time global de Nações Digitais

Corte de orçamento adia monitoramento de satélites de baixa órbita pela Anatel

Data centers na mira: o que a vitória democrata muda na corrida da IA nos EUA, segundo bancos

Google aporta US$ 50 mil em IA brasileira para ampliar acessibilidade na educação

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Sob pressão por ajuste, Lula fala em responsabilidade fiscal para atrair capital estrangeiro

Integração do Pix com o sistema europeu de pagamento instantâneo está mais próxima, aponta BCE

Ministro diz que novos impostos não trazem aumento de carga tributária

Lula rebate e diz que pobre não pagará “sacrifício” de ajuste fiscal

Perdão de dívidas do MEI será automático a partir de janeiro

Setor Comercial Norte, Quadra 1, bloco F, Ed. America Office Tower
salas 125 a 131, Asa Norte, Brasília-DF - CEP: 70711-905
+55 (61) 3327 1289 | www.foco-relgov.com.br | foco@foco-relgov.com.br

Crise no Paraguai não deve afetar investimento americano em data center, mas pode frear ímpeto de empresas brasileiras

JUDICIÁRIO

STF marca audiência para discutir fim da escala 6 x 1

ORÇAMENTO

Lei de Credibilidade Fiscal propõe corte automático de despesas, inclusive emendas, em caso de descumprimento da meta

POLÍTICA

TSE aceita ação do Novo contra chapa Lula-Alckmin

'Terceiro turno' no TSE tem 11 ações de Flávio Bolsonaro para cassar Lula e Alckmin

PDT ingressa na federação com Solidariedade, Avante e PRD

PSD quer manter três ministérios no governo Lula 4 e mira pastas com força regional; Paes é citado

Governo recorrerá de decisão que liberou 3 bets no Brasil

REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária: Pressão cresce, mas governo ainda trabalha com início em janeiro de 2027

SAÚDE

Ministério da Saúde lança novo Regimento Interno com foco em inovação e saúde digital

TRABALHISTA

Câmara avança em projetos de proteção trabalhista

Eduardo Braga articula PEC paralela sobre escala 6 X 1

DESTAQUES

Bernard Appy defende prolongar período de testes da CBS

Poder Executivo | **06/11/2026 – 12h48min**

Bernard Appy, especialista em reforma tributária, defende a extensão do período de testes da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). A proposta visa aprimorar a implementação do novo tributo, permitindo ajustes necessários antes da adoção definitiva. A CBS é parte da reforma tributária em andamento, que busca simplificar o sistema de impostos no Brasil. A prorrogação do período de testes é vista como uma medida para garantir maior segurança jurídica e operacional para contribuintes e órgãos fiscais, como a Receita Federal. A iniciativa também pretende evitar impactos negativos na arrecadação e na economia durante a transição para o novo modelo tributário. Fonte: Poder360

Leia mais
Retorno ao índice

ANPD divulga balanço de seis anos e detalha 19 frentes de regulação de dados

Poder Executivo | **05/11/2026 – 18h29min**

A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) apresentou um balanço de suas atividades ao longo de seis anos, destacando 19 frentes regulatórias em desenvolvimento. Entre os temas abordados estão a regulamentação do uso de dados biométricos, incluindo reconhecimento facial, com foco na prevenção de fraudes e mitigação de riscos discriminatórios. A ANPD também avança na definição de medidas técnicas e administrativas de segurança da informação, conforme previsto na LGPD. A proteção de crianças e adolescentes foi ampliada na agenda regulatória, com ações relacionadas ao ECA Digital, incluindo a regulamentação de mecanismos de aferição de idade. Em relação às transferências internacionais, a agência reconheceu a União Europeia como entidade com grau adequado de proteção de dados. O relatório aponta aumento nas comunicações de incidentes de segurança e detalha a atuação fiscalizatória e sancionadora da ANPD. Outras iniciativas em andamento envolvem compartilhamento de dados entre órgãos públicos e privados, anonimização, governança, consentimento e tratamento de dados sensíveis. A elaboração da Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade foi concluída, enquanto a regulamentação da proteção ao crédito ainda não foi iniciada. Fonte: TeleSíntese

Leia mais
Retorno ao índice

Regulamentação do Redata está quase pronta e será debatida quando Lula voltar da Ásia, diz ministra

Poder Legislativo | **06/11/2026 – 14h40min**

O projeto de regulamentação do Regime Especial de Tributação para Serviços de Datacenter (Redata) está praticamente finalizado, mas o debate final com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ocorrerá após sua viagem à Ásia. A proposta, aprovada em setembro, visa estabelecer uma política tributária para o mercado de tecnologia e construção de data centers no Brasil. O decreto definirá critérios para habilitação das empresas, lista de equipamentos elegíveis, comprovação de contrapartidas e parâmetros ambientais. Uma das discussões internas é a inclusão do gás natural como fonte de energia para os data centers, com divergências entre o Ministério de Minas e Energia e o Ministério da Fazenda. A legislação exige que os empreendimentos atendam sua demanda energética por fontes renováveis ou de baixa emissão. O Redata prevê suspensão do IPI e do Imposto de Importação para componentes tecnológicos destinados a data centers, com impacto fiscal estimado em R$ 7,25 bilhões entre 2026 e 2028. O Brasil é o quinto maior destino mundial de investimentos em data centers, com projeção de US$ 11,4 bilhões investidos em 2026, segundo a PwC. Fonte: Valor Econômico

Leia mais
Retorno ao índice

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Apoio à proibição das bets tem alcance nas redes 8 vezes maior que defesa do setor

Mercado | **06/11/2026 – 05h30min**

Um levantamento do Projeto Brief revelou que, nas últimas duas semanas, o apoio à proibição das apostas esportivas (bets) nas redes sociais teve um alcance oito vezes maior do que a defesa do setor. Foram analisados mil posts com maior visibilidade em quatro plataformas: Instagram, Facebook, Bluesky e Reddit, totalizando 87,1 milhões de visualizações. Deste total, 82% apoiaram a proibição, 9% foram favoráveis ao setor e 9% neutros. O setor argumenta que a proibição prejudicaria receitas e empregos no futebol,

enquanto o Supremo Tribunal Federal, em audiência pública, debateu a possibilidade de banir as apostas no país. O presidente do Fluminense destacou o impacto da perda de patrocínios, mas sua declaração gerou críticas por minimizar os efeitos das dívidas familiares causadas pelas apostas. Em 2025, as famílias brasileiras perderam R$ 62,5 bilhões com as plataformas de apostas, valor que representa dois quintos do Bolsa Família e supera o PIB de quatro estados brasileiros. Fonte: O Estado de S. Paulo

Leia mais
Retorno ao índice

Primeiros computadores quânticos da América Latina desembarcam no Brasil em força-tarefa que custou R$ 80 milhões

Poder Executivo | **06/11/2026**

Os dois primeiros computadores quânticos da América Latina chegaram ao Porto de Suape, em Pernambuco, e serão instalados em João Pessoa, Paraíba. O projeto é uma parceria entre o Governo da Paraíba, por meio da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Ensino Superior (Secties), e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). As máquinas, de 20 e 100 qubits, foram fornecidas pela empresa chinesa CETC-IQC e representam um avanço tecnológico para o Brasil, que passa a integrar um seleto grupo de países com essa tecnologia. A montagem será realizada por técnicos chineses e pesquisadores brasileiros treinados na China. O investimento total foi de cerca de R$ 80 milhões. Os computadores serão instalados no Centro Internacional de Computação e Tecnologias Quânticas (Ciquanta), em um espaço adaptado com blindagem eletromagnética e infraestrutura adequada. A tecnologia permitirá avanços em áreas como saúde, logística, estudos climáticos, segurança, energia e inteligência artificial. Pesquisadores poderão submeter projetos para uso dos equipamentos, e startups poderão se instalar no Parque Tecnológico Horizontes de Inovação para desenvolver soluções em computação quântica. Fonte: Convergência Digital

Leia mais
Retorno ao índice

Gov.br faz Brasil ingressar no seleto time global de Nações Digitais

Poder Executivo | **06/11/2026**

O Brasil ingressou no grupo Digital Nations, fórum internacional de líderes de governos digitais formado por 11 países, com o objetivo de desenvolver soluções colaborativas para governos digitais. A iniciativa é conduzida pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), em parceria com o Ministério das Relações Exteriores (MRE). O secretário de Governo Digital do MGI, Rogério Mascarenhas, destacou os avanços do país na transformação digital, incluindo a expansão da Rede Nacional de Governo Digital, que cresceu de 163 para cerca de três mil municípios. O Brasil conta atualmente com mais de 179 milhões de usuários no GOV.BR e oferece mais de cinco mil serviços digitais. A participação no fórum permitirá ao país discutir temas relevantes como inteligência artificial e computação em nuvem, além de compartilhar experiências e colaborar com outras nações para aprimorar a qualidade dos serviços públicos digitais. Fonte: Convergencia Digital

Leia mais
Retorno ao índice

Corte de orçamento adia monitoramento de satélites de baixa órbita pela Anatel

Poder Executivo | **06/11/2026 – 14h22min**

A Anatel teve que dividir em até três anos o projeto de modernização da estação de monitoramento de satélites de baixa órbita, inicialmente previsto para ser concluído em 2027, devido a cortes orçamentários superiores a 50% no recurso solicitado para 2027. A modernização, que ocorrerá na estação localizada na Ilha do Governador, Rio de Janeiro, visa renovar a infraestrutura e adquirir equipamentos para monitorar a ocupação do espectro por

constelações de satélites em baixa órbita, atendendo a demandas do Conselho Diretor da agência. O monitoramento é fundamental para subsidiar decisões regulatórias, incluindo a renovação de direitos de exploração de satélites. A superintendente de Fiscalização da Anatel, Gesiléa Fonseca Teles, destacou que o cronograma dependerá dos recursos futuros e que o projeto não está cancelado, apenas adiado. Além das limitações financeiras, a fiscalização enfrenta restrições de pessoal, com vagas abertas ainda não totalmente preenchidas, o que impacta a capacidade de atuação da agência. Fonte: Tele.Síntese

Leia mais
Retorno ao índice

Data centers na mira: o que a vitória democrata muda na corrida da IA nos EUA, segundo bancos

Mercado | **06/11/2026 – 13h07min**

A vitória dos democratas em eleições estaduais nos EUA pode resultar em moratórias temporárias para a construção de data centers, impactando cerca de 45% da expansão planejada no país, especialmente no Texas, que responde por 25% desse total. A nova governadora democrata do Texas, Gina Hinojosa, poderá restringir a expansão desses empreendimentos por meio de determinações administrativas, embora a aprovação de regras permanentes dependa do Legislativo controlado pelos republicanos. Estados como Geórgia e Michigan também podem adotar medidas semelhantes. Entre as propostas estão a eliminação de incentivos fiscais, maior rigor ambiental e regras para consumo de energia e água. A resistência local cresce devido ao alto consumo de recursos naturais e ao impacto nas contas de energia. No Congresso, projetos buscam que grandes consumidores, como data centers, arquem com custos adicionais de infraestrutura elétrica. A construção desses centros é fundamental para o avanço da inteligência artificial, e eventuais restrições podem atrasar investimentos e aumentar custos, afetando toda a cadeia do setor tecnológico. Fonte: Exame

Leia mais
Retorno ao índice

Google aporta US$ 50 mil em IA brasileira para ampliar acessibilidade na educação

Mercado | **06/11/2026 – 12h08min**

O Google.org destinou US$ 50 mil à Fundação Dorina Nowill para Cegos para ampliar o acesso à Dorina IA, uma inteligência artificial brasileira que transforma imagens, gráficos e ilustrações em descrições acessíveis para pessoas cegas ou com baixa visão. A plataforma, desenvolvida com foco em exigências pedagógicas e neutralidade nas descrições, será disponibilizada gratuitamente em versão comunitária para professores, familiares e rede de apoio. A ferramenta permite que usuários enviem imagens e recebam descrições adaptadas, reduzindo a dependência de terceiros na interpretação de materiais didáticos. O sistema conta com curadoria humana, incluindo revisão de especialistas e profissionais cegos, e parceria técnica com pesquisadores da USP para aprimorar a descrição de representações espaciais. A iniciativa integra uma estratégia do Google para desenvolver tecnologias inclusivas baseadas nas necessidades das pessoas com deficiência, promovendo autonomia e dignidade. A parceria entre Google e Fundação Dorina já inclui projetos anteriores, como a doação de aparelhos celulares e treinamentos para pessoas com deficiência visual. Fonte: Exame

Leia mais
Retorno ao índice

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Sob pressão por ajuste, Lula fala em responsabilidade fiscal para atrair capital estrangeiro

Poder Executivo | **06/11/2026 – 05h00min**

O presidente Lula destacou a importância da responsabilidade fiscal para atrair capital estrangeiro durante reunião com ministros, ex-ministros e economistas próximos, realizada no Palácio do Planalto. O encontro marcou o início das discussões sobre diretrizes econômicas para o quarto mandato, sem definição de medidas específicas até o momento. O ministro da Fazenda, Dario Durigan, afirmou que há convergência sobre o diagnóstico econômico, mas que ainda não é o momento para tratar de propostas concretas. A dívida bruta do governo geral atingiu 82,9% do PIB, e o déficit primário acumulado está em R$ 49,5 bilhões. As propostas deverão ser apresentadas após a viagem do presidente à Turquia e às Filipinas. O governo busca um equilíbrio entre ajuste fiscal e manutenção das políticas sociais, com debates sobre racionalização de gastos, tributação de títulos financeiros e combate a privilégios. A meta é avançar para superávits primários nos próximos anos, reforçando as regras fiscais vigentes, conforme previsto no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias. Fonte: Valor Econômico

Leia mais
Retorno ao índice

Integração do Pix com o sistema europeu de pagamento instantâneo está mais próxima, aponta BCE

Poder Executivo | **05/11/2026 – 17h43min**

O Banco Central Europeu (BCE) informou que a integração entre o Pix, sistema brasileiro de pagamentos instantâneos, e o Target Instant Payment Settlement (Tips), sistema europeu equivalente, avançou para a segunda fase do processo, após a conclusão da etapa de pré-investigação sem identificação de impedimentos críticos. A fase atual, iniciada em setembro de 2026, avalia a viabilidade técnica, jurídica, operacional e de negócios da conexão, sem prazo definido para conclusão. A previsão é que a integração seja finalizada no primeiro semestre de 2027, com adaptações técnicas previstas entre o quarto trimestre de 2026 e o segundo trimestre de 2027, incluindo o lançamento de um projeto-piloto. O BCE também acompanha outras iniciativas de interoperabilidade, como o Projeto Nexus e o sistema indiano UPI, que está em estágio mais avançado de análise. A interligação entre os sistemas representa uma oportunidade para aproximar infraestruturas públicas de pagamentos instantâneos de diferentes regiões. Fonte: Valor Econômico

Leia mais
Retorno ao índice

Ministro diz que novos impostos não trazem aumento de carga tributária

Poder Executivo | **06/11/2026 – 11h34min**

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, afirmou que os dois novos impostos que entrarão em vigor no início de 2027 não acarretam aumento da carga tributária. Segundo ele, o Imposto Seletivo e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) substituirão cinco tributos já existentes, promovendo racionalidade e unificação na legislação sobre consumo. A medida visa simplificar o sistema tributário sem onerar os contribuintes. Fonte: Jornal do Comércio

Leia mais
Retorno ao índice

Lula rebate e diz que pobre não pagará “sacrifício” de ajuste fiscal

Poder Executivo | **06/11/2026 – 13h46min**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que o ajuste fiscal necessário para a economia brasileira não será custeado pela população mais pobre. Em declarações recentes, Lula destacou que o governo buscará formas de equilibrar as contas públicas sem impor sacrifícios aos segmentos vulneráveis da sociedade. A estratégia envolve a manutenção de políticas sociais e a busca por responsabilidade fiscal, sem comprometer o desenvolvimento econômico e a redução da pobreza. O presidente reforçou o compromisso com a justiça social

e a proteção dos direitos dos cidadãos mais necessitados durante o processo de ajuste das finanças públicas. Fonte: Poder360

Leia mais
Retorno ao índice

Perdão de dívidas do MEI será automático a partir de janeiro

Poder Legislativo | **06/11/2026 – 13h28min**

A partir de janeiro, o perdão das dívidas do Microempreendedor Individual (MEI) será realizado de forma automática. A medida visa facilitar a regularização fiscal dos MEIs, beneficiando aqueles que possuem débitos inscritos na dívida ativa da União. A iniciativa está alinhada com esforços do governo para simplificar processos e incentivar a formalização e a regularização dos pequenos empreendedores. O procedimento automático deve reduzir a burocracia e acelerar a concessão da remissão das dívidas, promovendo maior inclusão econômica e apoio ao segmento do Simples Nacional. Fonte: Poder360

Leia mais
Retorno ao índice

Crise no Paraguai não deve afetar investimento americano em data center, mas pode frear ímpeto de empresas brasileiras

Poder Executivo | **06/11/2026 – 13h24min**

Especialistas afirmam que os investimentos americanos para a construção de um data center no Paraguai, alimentado pela energia da usina de Itaipu, não devem ser impactados pela crise financeira e política decorrente da quebra do Ueno Bank. O projeto, anunciado pelo Departamento de Estado dos EUA, visa atender clientes de computação em nuvem na América Latina. Embora o maior efeito da crise tenha sido sobre pessoas físicas, pode haver uma desaceleração temporária no interesse de empresas brasileiras em investir no Paraguai, devido a temores e desconhecimento. O investimento americano, por sua vez, depende de bancos e fundos estrangeiros, não do sistema financeiro paraguaio. O alinhamento político do Paraguai com os EUA permanece estável, e o impacto econômico da crise ainda é incerto. Apesar da instabilidade, o Paraguai mantém vantagens competitivas em custos de produção, energia e incentivos à industrialização, o que continua atraindo empresas brasileiras, especialmente nos setores de autopeças, confecções, plásticos e alimentos. A corrente de comércio entre Brasil e Paraguai é limitada, representando cerca de 1% das transações brasileiras globais, o que sugere impacto restrito na economia brasileira. Fonte: O Globo

Leia mais
Retorno ao índice

JUDICIÁRIO

STF marca audiência para discutir fim da escala 6 x 1

Poder Judiciário | **05/11/2026 – 17h17min**

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), agendou para o dia 10 de novembro uma audiência de conciliação para debater o fim da escala de trabalho 6 x 1. A audiência foi motivada por ação da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), que solicita alteração no cronograma de implementação das novas jornadas de trabalho previstas na Emenda Constitucional nº 141. A emenda reduz a jornada semanal de 44 para 40 horas, com manutenção salarial e dois dias de descanso remunerado, em um processo gradual até 2027. A CNC questiona o prazo curto para adaptação, especialmente durante o período de fim de ano, e busca tratamento diferenciado para pequenas empresas. O ministro destacou que a redução da jornada e o aumento do repouso semanal são direitos constitucionais e que a audiência tratará apenas dos aspectos de implementação. Foram convocadas confederações sindicais, centrais sindicais, AGU, advocacias do Senado e

Câmara, e a Procuradoria-Geral da República para participar. A CNC confirmou participação, reafirmando compromisso com o diálogo institucional e a segurança jurídica. Fonte: Valor Econômico

Leia mais
Retorno ao índice

ORÇAMENTO

Lei de Credibilidade Fiscal propõe corte automático de despesas, inclusive emendas, em caso de descumprimento da meta

Poder Legislativo | **05/11/2026 – 15h49min**

O senador Alessandro Vieira protocolou no Senado o projeto da Lei de Credibilidade Fiscal, que estabelece uma trajetória de resultado primário para os próximos quatro anos e atribui à Instituição Fiscal Independente (IFI) a certificação do cumprimento das metas fiscais. O projeto prevê medidas automáticas de correção de gastos pelos três Poderes em caso de descumprimento, incluindo o contingenciamento proporcional de emendas parlamentares. A proposta amplia o PLP 38/2025 e torna crime de responsabilidade a não aplicação das medidas corretivas no prazo de 30 dias, além de proibir manipulação de informações fiscais. Para o período de 2027 a 2030, a lei propõe metas crescentes de superávit primário e limita o crescimento real das despesas públicas. Também estabelece regras para que o Banco Central justifique ao Senado a política de juros quando estes ultrapassarem determinados limites. As medidas de correção incluem cortes progressivos em benefícios fiscais, subvenções, reajustes salariais e gastos públicos, preservando benefícios previdenciários, programas sociais e fundos constitucionais regionais. O projeto visa fortalecer a responsabilidade fiscal e a transparência na gestão das contas públicas. Fonte: O Globo

Leia mais
Retorno ao índice

POLÍTICA

TSE aceita ação do Novo contra chapa Lula-Alckmin

Poder Executivo | **05/11/2026 – 19h34min**

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aceitou a ação ajuizada pelo partido Novo contra a chapa Lula-Alckmin, que aponta suposto abuso de poder político nas eleições. A ação requer a cassação da chapa e a declaração de inelegibilidade dos candidatos. O ministro do TSE responsável pelo caso reconheceu que a petição inicial preenche os requisitos de admissibilidade, concedendo prazo de cinco dias para manifestação da defesa. A decisão não implica condenação ou indícios de crime eleitoral, mas apenas o prosseguimento da investigação. O partido Novo alega que o governo Lula editou 35 medidas provisórias e decretos entre janeiro e outubro de 2026, criando ou ampliando benefícios em desacordo com a legislação eleitoral, incluindo subvenções fiscais, programas de crédito, reajuste do Bolsa Família e outras ações. A mesma acusação foi feita durante a campanha pelo senador Flávio Bolsonaro, que também buscou a cassação da chapa por abuso de poder político e econômico. Até o fechamento da matéria, a defesa da chapa Lula-Alckmin não havia se manifestado. Fonte: Valor Econômico

Leia mais
Retorno ao índice

‘Terceiro turno’ no TSE tem 11 ações de Flávio Bolsonaro para cassar Lula e Alckmin

Poder Judiciário | **06/11/2026 – 04h00min**

No Tribunal Superior Eleitoral (TSE), tramitam 11 ações ajuizadas por Flávio

Bolsonaro que pedem a cassação da chapa presidencial formada por Lula e Alckmin, acusando-os de abuso de poder político e econômico, uso indevido da máquina pública e práticas eleitoreiras durante a campanha. As ações apontam, entre outras alegações, o uso de serviços governamentais para promoção da administração petista, a mobilização do chamado 'Exército do Lula' e a veiculação de propaganda oficial em benefício da chapa. Caso as ações sejam acolhidas, podem resultar na cassação da chapa, inelegibilidade dos candidatos por oito anos e convocação de novas eleições, diretas ou indiretas, conforme o momento da eventual condenação. O corregedor-geral da Justiça Eleitoral, ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, tem conduzido os processos com regularidade, sem urgência. Além das ações de Flávio Bolsonaro, o Partido Novo também ingressou com três ações semelhantes. O prazo para ajuizamento de novas ações vai até a diplomação do presidente, prevista para 18 de dezembro de 2026. As ações funcionam como instrumento de pressão política e podem envolver produção de provas, quebras de sigilo e depoimentos. Fonte: O Globo

Leia mais
Retorno ao índice

PDT ingressa na federação com Solidariedade, Avante e PRD

Poder Legislativo | **06/11/2026 – 12h55min**

O PDT formalizou sua entrada em uma federação partidária junto com Solidariedade, Avante e PRD. A união visa fortalecer a atuação conjunta dos partidos nas eleições de 2026, permitindo a soma de votos e recursos para superar a cláusula de barreira. A federação possibilita que as legendas mantenham suas identidades, mas atuem de forma integrada no Congresso Nacional e nas disputas eleitorais. A iniciativa reflete uma estratégia para ampliar a representatividade e a influência política dos partidos envolvidos, alinhando suas agendas e candidaturas para o próximo pleito. Fonte: Poder360

Leia mais
Retorno ao índice

PSD quer manter três ministérios no governo Lula 4 e mira pastas com força regional; Paes é citado

Poder Executivo | **06/11/2026 – 05h30min**

O PSD busca manter três ministérios no governo Lula 4, com foco em pastas que possuem força regional e capacidade de articulação política. A Agricultura é uma das prioridades do partido devido ao volume de emendas parlamentares e à presença em prefeituras e superintendências estaduais. O Ministério de Minas e Energia (MME) é considerado estratégico, especialmente pela atuação em agências reguladoras e política de minerais críticos. O PSD também mira pastas com maior peso político, como os Ministérios dos Transportes, da Integração e Desenvolvimento Regional e das Cidades. Eduardo Paes, ex-prefeito do Rio de Janeiro, é citado como possível nome para integrar o governo. A legenda justifica a manutenção dos espaços pela fidelidade nas votações ao governo e pelo apoio do presidente do PSD, Gilberto Kassab, que defende uma gestão voltada ao centro político e reformas econômicas. O partido tem papel relevante para a governabilidade diante de um Congresso com maior presença da oposição. Kassab afirmou que a aproximação do PSD ao governo dependerá das diretrizes econômicas e das reformas propostas, sem colocar cargos como condição para apoio. Fonte: O Estado de S. Paulo

Leia mais
Retorno ao índice

Governo recorrerá de decisão que liberou 3 bets no Brasil

Poder Executivo | **06/11/2026 – 12h02min**

O governo federal anunciou que irá recorrer da decisão judicial que autorizou o funcionamento de três casas de apostas (bets) no Brasil. A medida provisória que proibiu essas empresas está sendo questionada em ações no Supremo Tribunal Federal (STF), onde

o ministro Luiz Fux é o relator. O tema envolve a regulamentação do mercado de apostas esportivas e loterias, com debates sobre a segurança jurídica e a legalidade das operações dessas empresas no país. Fonte: Poder360

Leia mais
Retorno ao índice

REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária: Pressão cresce, mas governo ainda trabalha com início em janeiro de 2027

Poder Executivo | **06/11/2026**

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, afirmou que o governo mantém a previsão de iniciar a vigência da reforma tributária em janeiro de 2027, apesar da pressão do setor produtivo para o adiamento. Durante o período eleitoral, houve desinformação e insegurança que dificultaram o avanço da reforma. O ministro destacou a possibilidade de estender prazos para entrega de informações acessórias e aplicação de multas, visando facilitar a adaptação dos contribuintes. Essas medidas serão comunicadas de forma organizada para evitar incertezas no setor produtivo. Durigan também mencionou a implementação de um programa de conformidade que dispensará penalidades em casos de boa-fé dos contribuintes. Fonte: Convergencia Digital

Leia mais
Retorno ao índice

SAÚDE

Ministério da Saúde lança novo Regimento Interno com foco em inovação e saúde digital

Poder Executivo | **05/11/2026 – 16h23min**

O Ministério da Saúde lançou um novo Regimento Interno que atualiza sua estrutura organizacional, redefine competências e fortalece a governança do Sistema Único de Saúde (SUS). O documento, oficializado pela Portaria GM/MS nº 12.169, detalha o funcionamento dos órgãos internos, conselhos, entidades vinculadas e hospitais federais, além de consolidar as atribuições das sete secretarias finalísticas. Destaca-se o fortalecimento da Secretaria de Informação e Saúde Digital, que promove a expansão da telessaúde, integração de sistemas nacionais e regulamentação do uso ético de inteligência artificial na saúde pública. A nova portaria revoga quatro normativas anteriores, eliminando redundâncias burocráticas e simplificando o organograma, o que contribui para maior transparência e segurança nos atos administrativos da pasta. Fonte: ASCOM MS

Leia mais
Retorno ao índice

TRABALHISTA

Câmara avança em projetos de proteção trabalhista

Poder Legislativo | **06/11/2026**

A Comissão de Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados aprovou pareceres favoráveis a dois projetos que visam proteger direitos trabalhistas. O PL 5183/2023 propõe alterações na CLT e na legislação do trabalho temporário para garantir a condição mais favorável ao empregado. O PL 4339/2025 busca fortalecer a representação dos trabalhadores e assegurar créditos trabalhistas em processos de recuperação judicial e

falência. Ambos os projetos receberam parecer favorável e seguem em tramitação na Câmara. Outro projeto, o PL 922/2025, que prevê selo de alerta para empresas na Lista Suja do trabalho análogo à escravidão, teve sua análise adiada. No Senado, o Estatuto do Aprendiz (PL 6461/2019), que visa ampliar oportunidades de qualificação para jovens, foi novamente retirado de pauta, permanecendo pendente de deliberação. As ações legislativas destacam a importância do acompanhamento das propostas que podem ampliar garantias e fortalecer a proteção dos trabalhadores no Brasil. Fonte: DIAP

Leia mais
Retorno ao índice

Eduardo Braga articula PEC paralela sobre escala 6 X 1

Poder Legislativo | **06/11/2026 – 13h16min**

O senador Eduardo Braga está articulando a apresentação de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) paralela que trata da escala de trabalho 6 X 1. A medida visa regulamentar a jornada de trabalho em que o trabalhador atua seis dias consecutivos e folga um dia, tema que foi uma das principais bandeiras do presidente Lula durante a campanha eleitoral. A proposta busca consolidar direitos trabalhistas relacionados à jornada semanal e acordos coletivos, com impacto direto nas relações trabalhistas e no mercado de trabalho. A iniciativa está em discussão no Congresso Nacional, com o objetivo de garantir segurança jurídica e melhores condições para os trabalhadores submetidos a essa escala. Fonte: Poder360

Leia mais
Retorno ao índice